



## **A ARTE DE EDUCAR NA DIVERSIDADE: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR**

Nathália Gonçalves de Moura(1); Nághela Gonçalves de Moura (1); Verônica Nogueira do Nascimento (2); Luiz Neldecílio Alves Vitor (3); José Ferreira Lima Júnior(4)

*Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário UniLeão. E-mail: nathaliagdemoura@gmail.com*

*Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. E-mail: naghela.gm@gmail.com*

*Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. E-mail: veronykka@gmail.com*

*Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. E-mail: lnav@bol.com.br*

*Pós-doutor em Desenvolvimento Regional Sustentável. Docente da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: proferjunior@gmail.com*

**RESUMO:** o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior vem se ampliando significativamente nos últimos anos, no entanto as discussões voltadas à inclusão nesse nível de ensino ainda são escassas. Pouco se tem abordado este processo de inclusão no ensino superior, deixando uma lacuna sobre a opinião dos alunos com deficiência sobre a realidade na qual estão inseridos atualmente. O presente artigo abordou o processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior, de forma a explorar como os estudantes com deficiência estão presenciando as atitudes frente a sua condição, bem como as respostas as suas necessidades pedagógicas. Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo, onde o método utilizado é o estudo de casos múltiplos. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardan. Foram entrevistados três alunos regularmente matriculados e frequentes em instituições de ensino superior do município de Juazeiro do Norte no ano de 2016. Foi possível perceber por meio dos relatos, que o acesso às pessoas com deficiência no ensino superior tem se democratizado, mas que persistem barreiras à inclusão, relacionadas à comunicação, aos equipamentos e recursos pedagógicos. Os dados apontam para a importância de incluir os estudantes não só fisicamente nas universidades, mas também torná-los sujeitos participantes do processo inclusivo, dando importância às suas necessidades individuais. São evidentes os muitos progressos no campo da educação inclusiva, no entanto, percebe-se a necessidade de maiores investimentos em materiais pedagógicos, qualificação de professores e em uma infra-estrutura adequada.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, Pessoas com Deficiência, Ensino Superior.

### **1 INTRODUÇÃO**

O acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior vem se ampliando significativamente nos últimos anos. O número de matrículas desta parcela da população aumentou 933,6% entre 2000 e 2010, sendo a maior parte destas na rede privada (BRASIL, 2012). Apesar do aumento, estudantes com necessidades educacionais especiais representam apenas 0,22% dos universitários do país (O ESTADÃO, 2009).



A proposta de desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo, na realidade brasileira, encontra-se amparada pela legislação e em princípios teóricos embasados em ideais democráticos de equidade, igualdade, e diversidade (OLIVEIRA; LEITE, 2007).

Foi em 1961, quando sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61, que pela primeira vez o tema é discutido no país, ao dispor que a educação é direito de todos e que a educação de “excepcionais” deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema regular de ensino, a fim de integrá-los na comunidade (BRASIL, 1961).

Após a LDBEN, um longo percurso tem sido seguido na luta pelo direito das pessoas com deficiência à educação, ao passo que novas políticas surgiram. Segundo educadores, o aumento do número de pessoas com deficiência no ensino superior está relacionado com o surgimento dessas novas políticas de inclusão e com uma maior conscientização promovida por movimentos sociais e organizações não governamentais (O ESTADÃO, 2009).

Os instrumentos legais sem dúvida, são importantes para uma educação inclusiva, embora sozinhos, estes não garantam a efetivação de políticas e programas de inclusão (MOREIRA, 2005). No ambiente educacional muitas vezes a inclusão é reduzida somente à inserção dos alunos com deficiência em salas regulares, ou à propostas pedagógicas ainda timidamente aplicadas (OLIVEIRA; LEITE, 2007), distanciando-se da inclusão em seu real significado, se dando em várias direções e partindo do rompimento com todos os tipos de barreiras: atitudinais e pedagógicas, da organização física das instituições e do envolvimento político social.

Nesse âmbito, as condições didático-pedagógicas de trabalho de professores, a falta de tecnologias assistivas para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste aluno de modo pleno e até mesmo a questões atitudinais, encontram-se entre os principais obstáculos verificados. Um estudo realizado por Díaz *et al* (2009), revelou que um atendimento apenas à infraestrutura espacial, sozinho, não é capaz de minimizar a exclusão desses estudantes no ensino superior. Assim, pode-se entender que o fato de os alunos com deficiência estarem “dentro” da sala de aula não implica, necessariamente, que estejam incluídos no processo de ensino e aprendizagem (GOMES; LIMA, 2006).

Consolidar uma universidade de fato inclusiva só se torna possível com a mobilização de todos os envolvidos neste processo, em especial os acadêmicos, uma vez que



estes veem sinalizando a necessidade de melhor serem compreendidas as necessidades de cada aluno e o desejo de participar ativamente dessa construção (FURLAN; RIBEIRO, 2015).

De que forma os estudantes com deficiência estão presenciando no ensino superior as atitudes frente à deficiência e as respostas as suas necessidades pedagógicas?

O presente estudo pretende analisar a satisfação de estudantes do Ensino Superior com deficiência em relação à acessibilidade pedagógica e atitudinal, por meio de uma entrevista semiestruturada, buscando identificar em suas falas possíveis limitações interpostas, bem como aspectos positivos percebidos em sua vivência acadêmica; e comparar os relatos em função das diferentes instituições.

Não se pretende com este artigo, tecer juízos de valor, mas problematizar no contexto acadêmico as limitações de estudantes com deficiência frente ao processo de inclusão.

Muito se tem falado sobre inclusão nos últimos anos, e as respostas à deficiência têm mudado. No entanto, as discussões voltadas à inclusão tornam-se escassas conforme os níveis de escolarização se elevam. Pouco se tem abordado este processo de inclusão no ensino superior, deixando uma lacuna sobre a opinião dos alunos com deficiência sobre a realidade na qual estão inseridos atualmente.

É preciso ter uma visão do processo de inclusão através de seus principais personagens e compreender como os estudantes com deficiência estão vivenciando o processo, a fim de que os educadores possam identificar as necessidades educacionais e buscar possibilidades de aperfeiçoamento, facilitando o aprendizado e inclusão de estudantes com necessidades especiais.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo, onde o método utilizado foi o estudo de casos múltiplos. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, de modo a propiciar o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, tendo em



vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

A cidade de Juazeiro do Norte, escolhida para a pesquisa por ser um pólo universitário, conta com 10 Instituições de Ensino Superior, sendo 6 privadas e 4 públicas. Para serem incluídas como participantes da presente pesquisa, foram consideradas apenas as IES que contassem com alunos com deficiência, regularmente matriculados e frequentes no ano de 2016.

Como principal instrumento de coleta de dados, foi elaborado um roteiro para as entrevistas. Além disso, foi constituída uma ficha do entrevistado, contendo informações acadêmicas do aluno, bem como acerca de sua deficiência.

A fase de análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardan.

Foi solicitada autorização de todas as IES pesquisadas, declarada por meio de uma carta de anuência e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue a todos participantes. Foi mantido sigilo nominal de todas as instituições e entrevistados.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Das dez Instituições de Ensino Superior existentes no município de Juazeiro do Norte, três contavam com alunos com deficiência matriculados e/ou aceitaram ser incluídas no estudo. Nestas, foram coletadas e analisadas três entrevistas, representando um estudante com deficiência auditiva, um com deficiência motora e uma com deficiência visual (baixa visão).

Para favorecer a compreensão, são apresentadas no quadro a seguir as características dos sujeitos da pesquisa, incluindo: idade, sexo, tipo de deficiência e instituição em que estuda e curso. Foram atribuídos nomes fictícios, com a intenção de preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

TABELA 1 – Caracterização da amostra



Estudante	Idade	Sexo	Tipo de deficiência	Tipo de instituição	Curso
Rafael	25-30	Masculino	Auditiva	Pública	Irrigação e Drenagem
Antônio	17-24	Masculino	Motora	Privada	Sistemas de Informação
Carolina	27	Feminino	Visual	Pública	Educação Física

**Fonte:** do autor , 2016

Os discursos dos entrevistados traduzem as barreiras por eles encontradas no processo de inclusão no ensino superior. Foram salientados também aspectos positivos, de modo a levantar contribuições relevantes. Os depoimentos analisados foram agrupados em quatro dimensões: comunicação, atitudes, didática, e recursos tecnológicos.

### 3.1 Comunicação

Tratando-se de comunicação, as maiores dificuldades enfrentadas são atribuídas ao aluno surdo. O amparo legal vem dando suporte à educação de pessoas surdas, valorizando o uso da língua de sinais desde a educação infantil até a educação superior, permitindo a comunicação e instrução com os serviços de intérpretes quando necessário. O intérprete é um elemento essencial na interação entre o surdo e docente, pois age como mediador na comunicação, auxiliando a pessoa com deficiência auditiva na aquisição de conhecimento e informações.

Apesar da garantia legal, nem sempre o direito ao serviço de intérprete de libras é respeitado. O aluno Rafael relatou ter tido esse direito negado pela instituição na qual prestou vestibular e matriculou-se para um curso de graduação. Ao invés de interpor um processo judicial, que acreditou ser longo e desgastante, acabou optando por desistir do curso. Sendo encorajado por amigos para tentar novamente em outra instituição, atualmente o aluno não encontra dificuldades e cursa sua graduação contando com o auxílio de uma intérprete de libras. O mesmo ressalta a importância deste apoio:

Teve o começo aqui que fiquei sem intérprete, foi muito difícil. Eu fiquei sem vir, porque não tinha um intérprete [...]. A comunicação foi difícil, mas quando tem o intérprete, facilita mais. Mas sempre tem outros métodos que dá pra se comunicar



com o professor. Agora quando tem o intérprete não, tudo fica mais claro, porque o intérprete faz essa ponte entre o professor e o aluno.

De acordo com Pieczkowski (2012) muitos surdos adultos desenvolveram limitados recursos de leitura e compreensão textual, embora tenham passado pelas séries escolares. O intérprete constitui um elemento essencial na interação entre o surdo e o professor, visto que age como mediador na comunicação, auxiliando o surdo na aquisição das informações.

### 3.2 Atitudes

A inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior por ser um fenômeno recente, levanta uma série de dúvidas e questionamentos, o que repercute diretamente nas atitudes dos sujeitos envolvidos neste processo e nos procedimentos adotados pelas instituições de ensino (FURLAN; RIBEIRO, 2015).

A estudante Carolina, relata ter tido pouco auxílio dos docentes no início da sua graduação: “Você quebra a zona de conforto, tira eles da rotina. No começo eles esqueciam de trazer o meu material ampliado, eu tinha que tirar foto e ficar ampliando, eu fui me ‘virando’ muito”.

Ao realizar uma pesquisa a respeito do processo de inclusão no Ensino Superior, Pieczkowski (2012) entrevistou treze alunos com deficiência. Sobre aspectos atitudinais, houve relatos de que eles (os alunos) é que corriam atrás do processo de inclusão. Constatou-se também a presença de barreiras atitudinais por parte dos professores, demonstradas sob receio no contato com os alunos com deficiências, na ignorância da presença destes, bem como a utilização de recursos pedagógicos inadequados.

Ainda, Rafael comenta: “Às vezes o professor chega em sala de aula nem sabe que aquele aluno ali é surdo. Por exemplo: faz a chamada aí a pessoa não responde, fica falta, falta, falta [...] se não tiver o interprete ali na hora”.

Referente às barreiras atitudinais, um discurso frequentemente proferido por docentes atuantes com alunos que apresentam deficiência, é o de não estarem preparados. Para a autora Pieczkowski (2012), “as atitudes podem representar barreiras à inclusão de estudantes com deficiência e possivelmente as mais difíceis de serem superadas”.



Na visão de Moreira *et al* (2006), pensar a inclusão educacional das pessoas portadoras de deficiência é transcender os aspectos das normas, decretos, portarias, enfim, é considerar o ser humano em sua totalidade.

### 3.3 Didática

Diante do aluno com deficiência, o professor se depara com a diversidade. Diante da diferença é necessário que compreenda que para nivelar condições de aprendizagem e desenvolvimento, é preciso criar oportunidades, prevendo temporalidade, metodologias e recursos educacionais diferenciados, bem como mudanças nas práticas avaliativas. Deve-se ter ciência de que as metodologias didáticas, os recursos pedagógicos e as técnicas de ensino só serão eficientes se antes forem enxergados as necessidades dos sujeitos da aprendizagem (PIECZKOWSKI, 2012).

Perguntados se consideram adequado o preparo docente para lidar com o aluno com deficiência, o aluno Antônio, respondeu que na instituição em que estuda, há sim esse preparo. Os demais entrevistados consideraram que ainda falta essa preparação ao professor:

**Carolina:** É difícil responder essa pergunta. Não, não há. É um improviso, porque os professores, eles não tem a clareza do que é ser um deficiente [...]. Aí quando eles se deparam com algo que não é palpável, eles tem dificuldade de lidar com isso. Tipo, é muito no improviso, muito no que... Muito da adaptação que a gente tá tendo, tá sendo de acordo com aquilo que eu tô falando pra eles ‘olha, eu preciso disso, eu preciso daquilo’. Tá entendendo? Mas eu acho que não tem preparo, ainda não. É porque também tem a questão da demanda. Quando você não tem demanda, você acaba nem buscando esse tipo de conhecimento. Aí quando chega, você é pego de surpresa, e... tem que improvisar.

**Rafael:** Tem professor que é muito bom, que ajuda, que entende o surdo, entende que as vezes realmente é um pouco difícil. Eu aprendo igual aos outros, só que é um pouco mais demorado meu aprendizado, exatamente por causa da questão do português. Tem prova que são dissertativas algumas questões e tem professor que não aceita o que eu escrevi ali. Mas é as vezes, vai depender muito do professor.

De acordo com estudiosos da área “estar preparado para a docência é saber lidar com as demandas que diariamente surgem diante da diversidade de sujeitos que constituem o alunado de todo e qualquer nível de ensino” (PIECZKOWSKI, 2012). Nessa perspectiva, não são admitidos improvisos no processo de ensino. É preciso preparo para lidar com as diversas condições que o aluno apresenta, adequando todas as fases que constituem o processo de ensino, passando pelos elementos de avaliação do ensino e aprendizagem.



Quanto a este aspecto, o Ministério da Educação recomenda que seja flexível, de modo que considere a diversificação de critérios, de instrumentos, procedimentos e leve em conta diferentes situações de ensino e aprendizagem e condições individuais dos alunos.

### 3.4 Recursos tecnológicos

Já se tem um acervo considerável e em constante crescimento, de recursos tecnológicos que permitem aperfeiçoar as interações entre pesquisadores, professores, alunos e pais na área de Educação de alunos com deficiência, aumentando o rendimento do trabalho de cada um deles. Tais recursos distribuem-se em uma série de áreas, tais como a de comunicação, de leitura, escrita e matemática.

Neste aspecto, os entrevistados consideraram que há muitos instrumentos auxiliares disponíveis. Carolina ressalta a importância destes:

Quando eu não tava com a lupa, eu ficava viajando muito, não vou mentir. [...] Quando você não tem o recurso, você acaba esperando pra falar depois né, pra juntar pra tirar as dúvidas depois, e acaba passando despercebido, e o que que acontece? Você acumula e passa despercebido mesmo, e você vai passando e vai passando e vai passando, né. E muitas vezes o professor, nem é culpa do professor, é porque... Enfim, eu também não tava, eu não queria tá interrompendo a aula, tá entendendo? Tá certo que é um direito que me cabe e tudo, mas eu não queria tá interrompendo a aula o tempo todo pra não atrapalhar o decorrer.

A mesma ainda fez menção ao elevado custo dessas tecnologias, mas que ainda assim, a instituição em que estuda, procurava ao máximo atendê-la, ao passo que vão surgindo novos recursos.

## 4 CONCLUSÃO

Uma educação inclusiva demanda, necessariamente, investimentos em materiais pedagógicos e em qualificação de professores, uma infra-estrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e estar atento a qualquer forma de discriminação. Muitas vezes, no entanto, as práticas inclusivas se distanciam em demasia das proposições teóricas e legais. Nesse contexto tornou-se notória a insatisfação dos personagens envolvidos no processo.





São evidentes os muitos progressos no campo da educação inclusiva. Não há dúvidas quanto à presença do discurso relacionado à inclusão nas universidades. Muitas medidas inclusivas foram adotadas pelas instituições que participaram do estudo e apontadas pelos sujeitos.

Tem-se um grande aumento no número de estudantes com deficiência que frequentam o ensino superior, avanços nas proposições legislativas, uma crescente disposição de tecnologias assistivas. Contudo, para almejar, concretamente, o processo de inclusão, será necessário avançar para além dos aspectos citados. Pensar a inclusão educacional de pessoas com deficiência é transcender estes elementos, enfim, é considerar o ser humano em sua totalidade, enxergando e respeitando estes sujeitos.

Os dados indicaram o quanto é fundamental incluir os estudantes não só fisicamente nas universidades, mas também dar importância às suas necessidades individuais, sejam através de metodologias ou recursos educacionais diferenciados, modificações na temporalidade e nas práticas avaliativas ou no uso elementos que auxiliem a comunicação e auxiliem o processo de aprendizado.

Levantam-se algumas questões: até onde se dá o interesse e o compromisso pela educação de alunos com deficiência? Que apoio encontra o docente para constituir-se professor que atenda às necessidades destes estudantes?

Percebe-se que, apesar do avanço na legislação e concepção a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino, em especial, no ensino superior, muito ainda há que ser feito para consolidar o processo de inclusão educativa.

## REFERÊNCIAS

Aranha, M. S. F. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em:

Comunidade Aprender Criança. **Cartilha da Inclusão Escolar**: inclusão baseada em evidências científicas. 2014. Disponível em:

<<http://www.abpp.com.br/sites/default/files/Cartilha%20da%20Inclusao%20Escolar%20para%20sites.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, em, 14 de dezembro 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 27 dez. 1961, Seção 1, p. 11429 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2016

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília – DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2016

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 24 de out. 1989, p. 1920. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)>. Acesso em: 7 mar. 2016

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 26 ago. 2009, p. 3. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%206.949-2009?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.949-2009?OpenDocument)>. Acesso em: 7 mar. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%**. 01 out. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18124:em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>>. Acesso em: 07 fev. 2016

DÍAZ *et al.* **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009. 354 p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educacao-Inclusiva.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016

FURLAN, F.; RIBEIRO, S. M. O processo de inclusão no ensino superior: encontros e desencontros dos sujeitos que participam deste processo. **Poiésis**, Tubarão. v. 9, n.16, p. 384 - 398, jul/dez 2015. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3025/2470>>. Acesso em: 28 fev. 2016

GOMES, M. F. C.; LIMA, P. A. Inclusão e exclusão: a dupla face da modernidade. *In*: IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. 2006. Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006, p. 1-14. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/sem4/009.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016

MANDELLI, M. Cresce o nº de matrículas de alunos com deficiência no Ensino Superior. **O Estadão de S. Paulo**. São Paulo, 28 dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cresce-o-n-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior,487604>>. Acesso em: 07 fev. 2016

MOREIRA, H. F.; MICHELS, L. R.; COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. **Revista Escritos sobre Educação**. Ibirité, v.5, n.1, p.19-25, jan/jun 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432006000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432006000100004)>. Acesso em: 18/09/16.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** 15, p. 511-524. 2007. <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n57/a04v5715.pdf> Disponível em: Acesso em: 16 mar. 2016

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução Lexicus. 2012. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO\\_MUNDIAL\\_COMPLETO.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2016

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Educação**, n. 25. 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/01/a3.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da inclusão**. Brasília, 2003. 58 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016

PIECZKOWSKI, T. M. Z. **Inclusão no ensino superior: barreiras relatadas pelos estudantes com deficiência**. In: IX Seminário de pesquisa e educação da região Sul. Universidade de Caxias do Sul. 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/100/678>>. Acesso em: 07 fev. 2016

PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NOUJORSK, M. I. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: diferentes discursos, diferentes expectativas. **Atos de pesquisa em educação**. v. 7, n. 3, p. 938-962, set./dez. 2012 Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3231/2342>> Acesso em: 28 fev. 2016

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2016